



*República de Moçambique*  
*Conselho Constitucional*

**Acórdão n.º 8/CC/2025**

**de 19 de Dezembro**

Processo n.º 10/CC/2025

Fiscalização Sucessiva Concreta da Constitucionalidade e da Legalidade

Acordam os Juizes Conselheiros do Conselho Constitucional:

**I**

**Relatório**

O Meritíssimo Juiz do Tribunal Judicial do Distrito de Báruè, 2.<sup>a</sup> Secção, remeteu ao Conselho Constitucional o Despacho proferido em sede do Processo Comum n.º 181/2.<sup>a</sup>/2025, que o Ministério Público move contra o arguido Eliseu Francisco Cubonera, ao abrigo do disposto no artigo 213 da Constituição da República de Moçambique (CRM) e do n.º 1 do artigo 71 da Lei n.º 2/2022, de 21 de Janeiro, Lei Orgânica do Conselho Constitucional (LOCC), para efeitos de fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade da norma contida no n.º 2 do artigo 203 do Código Penal, aprovado pela Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro.

Para fundamentar a sua decisão, o Juiz *a quo* estribou-se, em resumo, nos seguintes argumentos:

1. O arguido Eliseu Francisco Cubonera e a vítima Edma Admiro Elias praticaram actos sexuais entre si, têm 16 anos de idade, estão na mesma faixa etária, pelo que, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 121 da Constituição da República de Moçambique, são crianças que têm direito à protecção da família, da sociedade e do Estado.

*[Handwritten signatures and initials]*

2. Saliente-se que são crianças todas as pessoas com idade inferior a 18 anos, conforme estabelece o artigo 3 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança.
3. Assim, ao imputar-se ao arguido o tipo legal de crime previsto no n.º 2 do artigo 203 do Código Penal (Outros actos sexuais com menores), afastando-se a mesma responsabilidade da vítima, violar-se-ia o princípio da igualdade previsto no n.º 1 do artigo 35 da Constituição da República de Moçambique, tendo em conta que os actos sexuais praticados entre ambos foram mediante consento.
4. Isto é, no caso *sub judice*, trata-se de uma diferenciação de tratamento injustificada, na medida em que se está perante duas crianças menores de 18 anos e maiores de 15 anos de idade.

A terminar, o Juiz da causa, valendo-se do disposto no n.º 1 do artigo 71 da LOCC, suspendeu os autos e ordenou a sua remessa ao Conselho Constitucional, para efeitos de fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade da norma que reputa inconstitucional.

## II

### Fundamentação

O Conselho Constitucional é a instância competente para apreciar e decidir sobre a inconstitucionalidade suscitada nestes autos, ao abrigo do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 243 e da alínea a) do n.º 1 do artigo 246, ambos da CRM.

O presente pedido de fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade foi submetido ao Conselho Constitucional por quem tem legitimidade processual para o fazer, em cumprimento do preceituado no artigo 213 e na alínea a) do n.º 1 do artigo 246, ambos da CRM, assim como nos n.ºs 1 e 3 do artigo 71 e no artigo 72 da LOCC.

Este processo de fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade surge na esteira de um feito submetido a julgamento no Tribunal Judicial do Distrito de Bárué - 2.ª Secção, em sede do Processo Comum n.º 181/2ª/2025, que o Ministério Público move contra o arguido Eliseu Francisco Cubonera.

Nos processos de fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade previstos nos artigos 213 e 246, ambos da Constituição da República, o Conselho Constitucional é solicitado a apreciar a conformidade de normas infraconstitucionais com o parâmetro normativo constitucional.

Conforme se extrai dos fundamentos do Despacho proferido pelo Tribunal *a quo*, constitui objecto do presente pedido a fiscalização da constitucionalidade da *norma contida no n.º 2 do artigo 203 do Código penal*, alegadamente por violar o princípio da universalidade e igualdade, consagrado no n.º 1 do artigo 35 da CRM.

De acordo com os factos relatados no presente Acórdão, a questão de fundo que este Conselho Constitucional deve apreciar e decidir é a seguinte:

### **A pretensa inconstitucionalidade do n.º 2 do artigo 203 do CP**

É o seguinte o teor das normas aqui invocadas:

#### ***Constituição da República de Moçambique***

#### ***ARTIGO 35***

#### ***(Princípio da universalidade e igualdade)***

*Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política.*

#### ***ARTIGO 121***

#### ***(Infância)***

*1. Todas as crianças têm direito à protecção da família, da sociedade e do Estado, tendo em vista o seu desenvolvimento integral.*

(...)

*Acórdão n.º 8/CC/2025, de 19 de Outubro*

## ***Código Penal***

(...)

### **ARTIGO 203**

#### ***(Outros actos sexuais com menores)***

*1. Quem, mediante violência ou ameaça grave, praticar acto sexual com menor de 16 anos ou levar a que ele seja por este praticado com outrem é condenado a pena de 8 a 12 anos de prisão .*

*2. Não se provando a violência, a pena é de prisão de 2 a 8 anos e multa até 1 ano.*

O Juiz *a quo* entende que o n.º 2 do artigo 203 do Código Penal viola o princípio constitucional da igualdade e universalidade, pelo facto de o arguido Eliseu Francisco Cubonera, autor do crime de “actos sexuais com menores,” possuir 16 anos de idade e a vítima, também, 16 anos de idade, por isso, “(...) estão na mesma faixa etária, pelo que, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 121 da Constituição da República de Moçambique, são crianças que têm direito à protecção da família, da sociedade e do Estado”.

Expendamos, em primeiro lugar, o significado do princípio da igualdade e universalidade.

O artigo 35 da CRM prevê dois princípios jurídicos: o princípio da igualdade, na sua dimensão formal [(...) “os cidadãos são iguais perante a lei” (...)] e o princípio da universalidade dos direitos fundamentais [“todos os cidadãos (...) gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres”].

O princípio da igualdade impõe aos poderes públicos o dever de tratamento igual a todos os cidadãos perante a lei e a proibição de discriminações infundadas, sem prejuízo de impor diferenciações de tratamento entre cidadãos, quando haja especificidades relevantes que mereçam protecção.

Portanto, no princípio da igualdade, comparam-se pessoas ou situações com base em critérios relevantes, para determinar se tais grandezas merecem tratamento igual ou desigual, visando uma justiça material que reconheça as desigualdades, para as corrigir.

*Acórdão n.º 8/CC/2025, de 19 de Outubro*

O n.º 2 do artigo 203 do Código Penal, ao punir o infractor com uma pena de 2 a 8 anos, não se provando violência nos actos sexuais praticados com a vítima, não traduz, *de per si*, nenhuma discriminação, pois visa de forma abstracta qualquer sujeito activo da infracção criminal, o qual é concretizado com a prática do crime. Situação diversa seria, hipoteticamente, se do lado activo da infracção criminal houvesse comparticipação e, eventualmente, esta norma excluísse, de qualquer forma, a punibilidade de um dos comparticipantes, embora se verificando circunstâncias idênticas entre ambos.

De modo que a norma vertida no n.º 2 do artigo 203 não permite comparações de natureza alguma entre o autor do crime e a vítima. A norma incriminadora dirige-se aos sujeitos activos da infracção criminal aí tipificada, sem colocar qualquer parâmetro comparativo com a vítima para a sua aplicação ao caso concreto. A vítima, prevista no n.º 2 do artigo 203 do Código Penal, é a pessoa que suportou o crime e não é o destinatário da pena, por isso, não se pode inferir, independentemente da menoridade ou não, quer de um dos sujeitos quer de ambos, que deve haver igualdade entre estes. Um é tratado como criminoso e a norma penal punitiva dirige-se a este sujeito e nunca à vítima.

No caso *sub judice*, o autor ou o sujeito activo do crime de «actos sexuais com menores» é somente o menor Eliseu Francisco Cubonera. É a ele que o juiz *a quo* deve equacionar criteriosamente a pena que será aplicada nos termos das normas e princípios penais.

Por outras palavras, a norma do n.º 2 do artigo 203 do CP violaria o princípio da igualdade e não discriminação se do seu texto resultasse a possibilidade infundada de ser aplicada a alguns criminosos e não a outros, em violação da abstracção e generalidade que caracterizam as normas jurídicas. O que não é o caso.

É nestes termos que, não estando prevista qualquer aplicação desigual do n.º 2 do artigo 203 do CP, o Conselho Constitucional não considera esta norma inconstitucional.

### III

#### Decisão

Pelo exposto, o Conselho Constitucional delibera não declarar a inconstitucionalidade do n.º 2 do artigo 203 do Código Penal, aprovado pela Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro.

Notifique e publique-se.

Maputo, 19 de Dezembro de 2025.

Lúcia da Luz Ribeiro

Alberto Nkutumula

Domingos Cintura

Ozias Pondja

Albano Macie

António Boene